

Presidente não garante Sérgio Moro no Supremo

Um dia após defender a indicação de um evangélico para o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Jair Bolsonaro não garantiu, neste sábado, que vai indicar o ministro da Justiça, Sergio Moro, para a próxima vaga que abrir na Corte, como havia dito anteriormente. Questionado se a fala de sexta-feira implicaria que o nome de Moro estava descartado, Bolsonaro afirmou que apenas defende alguém com o “perfil” do ministro. “Sempre falei, durante a pré-campanha minha e campanha, que queria alguém no Supremo do perfil do Moro. Nada além disso”, disse Bolsonaro, após um almoço na casa de um colega militar. Daniel Gullino/O Globo

Câmara de Salvador vota “built to suit” nesta semana

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador vota nesta semana o projeto que trata do “built to suit”. Se aprovado, o texto permite à administração pública “firmar contratos de locação de imóveis sob medida por dispensa de licitação” por até 30 anos. A proposta foi encaminhada pela Prefeitura de Salvador em março. O projeto adapta um modelo utilizado no exterior, no setor privado, conhecido como “built to suit [construído para servir]”.

De acordo com a maté-

ria originalmente enviada pela gestão municipal, o locador será responsável pela “prévia aquisição, construção ou reforma substancial, inclusive ampliação e adaptação, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, em conformidade com as intervenções especificadas pela Administração”. Ou seja, o dono do equipamento investe dinheiro, realizando as especificidades e adequações exigidas pelo locatário. Ainda segundo o texto enviado ao Legislativo, o prazo de vigência do contrato deverá ser “compatível com a amortização dos investimentos e não será superior a 30 anos, incluindo eventual prorrogação”.

Na mensagem do Executivo, Neto justifica que o TCU já admitiu o uso dos contratos de locação sob medida pela administração pública. “Além de permitir que Administração Pública possa definir as especificações necessárias do bem a ser locado para o funcionamento dos seus serviços, a locação sob encomenda tem como vantagem a desnecessidade de dispêndio imediato de recursos para aquisição e reforma de imóvel e evitando a imobilização de ativos, permitindo à Administração Pública o direcionamento de recursos para a sua atividade finalística, qual seja a prestação de serviços públicos à população”, argumen-

ta o prefeito.

Ainda segundo a gestão municipal, o projeto deixa “disponível para a gestão pública a possibilidade de utilização de instrumento que venha a facilitar a execução da atividade administrativa, a eficiência na prestação do serviço público e o uso racional dos recursos e de outro garantindo a necessária segurança jurídica nas relações entre particular e o Poder Público”.

A líder do PT, Marta Rodrigues, ressalta que existem “critérios que o TCU estabelece para o contrato de locação sob medida que precisam ser dispostos de forma mais expressa no projeto”. “Além disso, o projeto também não está conectado

Foto: Antonio Queirós



A CÂMARA Municipal de Salvador vota nesta semana o projeto que trata do “built to suit”

com o planejamento a curto e longo prazos, já que sequer está previsto no Plano Plurianual e nas demais leis orçamentárias”, analisa. Já o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Salvador, Alexandre Aleluia (DEM), defende as emendas realizadas no projeto. “As emendas ficaram muito boas e foram aceitas pelo colegiado da Casa, no Colégio de Líderes”, declara o edil.

PREFEITOS

A União dos Municípios da Bahia (UPB) organiza hoje a segunda edição da Marcha Pró-Município no

Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador. O movimento de prefeitos espera chamar a atenção para as demandas dos governos locais. A caminhada será precedida por uma reunião com o governador Rui Costa e a bancada de deputados e senadores baianos, na sede do órgão. Em seguida, prefeitos, secretários, agentes políticos locais e municípios seguem até a Assembleia Legislativa.

A marcha terá adesão também da União dos Vereadores da Bahia (UVB), na defesa da unificação das eleições para mandatos políticos no Brasil em 2022.

Eleitor de 2º turno descola mais rápido de Bolsonaro



A DESAPROVAÇÃO da atual administração tem como eixo central a persistência da crise econômica e do desemprego em níveis elevados

ESTADÃO CONTEÚDO

Desde que o presidente Jair Bolsonaro tomou posse, há cinco meses, pesquisas mediram aumento em sua taxa de desaprovção. O mais recente levantamento do instituto Ideia Big Data mostra que o desmembramento do bolsonarismo tem sido mais significativo em parte expressiva do eleitorado que votou no então candidato do PSL apenas no segundo turno da eleição presidencial de 2018. Essa parcela de eleitores, em tese, aderiu a Bolsonaro com o objetivo de evitar a volta do PT ao governo federal. A desaprovção da atual administração tem como

eixo central a persistência da crise econômica e do desemprego em níveis elevados.

Segundo a pesquisa da Ideia Big Data, a maior parte dos eleitores que optaram por Bolsonaro e hoje rejeita o governo é formada por mulheres com idade entre 25 e 40 anos, integrantes das classes B e C, não evangélicas e que vivem em cidades com mais de 200 mil habitantes nas regiões Norte e Nordeste.

Eles votaram no presidente apenas no segundo turno e representam cerca de 10 pontos percentuais dos 18 que Bolsonaro perdeu desde a posse, conforme a série mensal de pesquisas do

instituto. Um dos argumentos apresentados para o recuo no apoio a Bolsonaro é o desconhecimento das propostas do então candidato durante a campanha eleitoral, segundo o economista e pesquisador Maurício Moura, fundador do instituto. De acordo com Moura, a este argumento se somam outros fatores: os ruídos provocados por integrantes do governo nas redes sociais e a ausência de medidas para gerar empregos e combater a crise econômica.

Morada da Lomba do Pinheiro, bairro periférico de Porto Alegre, a empreendedora Elaine Lima, de 36 anos, votou no 17 (o número do PSL) de Bolsonaro em

busca de mais segurança. Mas se diz agora decepcionada. “O que me atraiu, principalmente, foi o discurso do Bolsonaro de combate à violência. Ele parecia ser porreta naquilo que falava. Aqui na região a criminalidade tomou conta, é um banguê-banguê diário. Eu tenho medo de andar nas ruas e acreditei nele durante as eleições. Mas o Bolsonaro assumiu como presidente e a gente não vê nada. Eu já perdi as esperanças. Não vejo um bom futuro para nós”, afirmou. Para Moura, essa camada da população, que ele chama de “classe média-média”, é “mais sensível às questões econômicas”, o que explica o fenômeno.

Festival Lula Livre não destaca outras bandeiras de esquerda

PAULA REVERBEL
ESTADÃO CONTEÚDO

Três dias depois dos atos pro-Educação, o festival Lula Livre não contou com a presença de partidos e não enfatizou bandeiras políticas da esquerda. O evento marca a separação de ambas as pautas - uma contra a prisão do ex-presidente petista e outra contra medidas do governo Jair

Bolsonaro, como o contingenciamento de gastos na Educação. Os protestos contra o corte, realizados na quinta-feira em todo o país, não levantaram a bandeira do “Lula Livre”.

A organização de atos paralelos é uma estratégia da oposição para manter agenda de protestos pró-Lula sem que essa pauta isole quem não simpatiza com o ex-presidente da agenda anti-Bolsonaro. “São

pautas diferentes, mas complementares”, disse ao ‘Estado’ Carina Vitral, presidente da UJS, braço jovem do PCdoB. O evento é organizado pelo Comitê Lula Livre - que engloba partidos e organizações como o Instituto Lula -, em parceria com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.

O festival teve início às 14h sob chuva fraca na Praça da República, no Centro de São Paulo, e lotou a área



TRÊS dias depois dos atos pró-Educação, o festival Lula Livre não contou com a presença de partidos e não enfatizou bandeiras políticas

em frente à Secretária da Educação do governo de São Paulo. A PM não tem divulgado estimativa de público em protestos, mas a organização calcula que 20 mil pessoas passaram pelo evento à tarde.

Até 16h10, a reportagem não tinha registrado a presença de nenhum parlamentar, representante de partido ou político com mandato. Os protestos contra o contingenciamento na Educação também não contaram com a presença de lideranças partidárias.

PONTO DE VISTA

A verdade prevalecerá na Previdência Social

Inaldo da Paixão Santos Araújo e Luciano Chaves de Farias

Em oportunidade anterior, publicamos neste democrático espaço o texto “A Pós-verdade da Previdência Social”. Nele, alertamos para possíveis emoções e crenças sociais que poderiam contaminar uma análise mais técnica e adequada da reforma da Previdência. Na ocasião, o Projeto tinha acabado de chegar ao Parlamento e concluímos defendendo a necessidade de ampliação do debate e clamando à sociedade para fazer sua parte, participando das discussões, das audiências públicas. Pois bem. Chegou o momento! Neste mês de maio, a Comissão da Câmara dos Deputados, que vai analisar o mérito da PEC n.º 06/19, iniciou seus trabalhos. Conforme divulga-

do, estão previstas onze audiências públicas com cerca de sessenta convidados para debater a tentativa de reforma da Previdência apresentada pelo Presidente da “nova política”.

Antes de qualquer abordagem, deve-se registrar que o Brasil, desde a CF/1988, já passou por outras reformas que repercutiram na Previdência. Precisamente foram seis. Como se vê, esta não será a primeira e provavelmente não será a última reforma. Vários ajustes já foram feitos. Por exemplo, desde a EC n.º 41/2003 que os servidores públicos não têm mais direito à integralidade. Portanto é preciso cautela! O que for mudado hoje, provavelmente precisará ser mudado novamente em alguns anos. A

situação é complexa e essas novas mudanças previdenciárias não podem ser vistas como únicas soluções, não se pode apostar todas as fichas nesta reforma (e a tão esperada reforma tributária com a taxa-ção das grandes fortunas?). Ela não será a chave da abóbada para a crise política e econômica e não pode ser feita isoladamente.

Percebe-se que esta reforma foca no contribuinte. Ou seja, não se fala no problema do financiamento da Seguridade como um todo. Por que não se trata das renúncias de receitas e das desonerações? Por que não se estabelecem regras rígidas de cobranças e restrições às empresas devedoras da Previdência? Estimase que as dívidas de empresas com a Seguridade atingiram, em fevereiro de 2017, o montante de R\$935 bilhões. Pelo que o Governo tem divulgado, é algo em torno disso que se pretende, num cenário otimista, economizar em dez anos com a reforma. Destarte, essa questão dos grandes devedores não pode ser

alijada do debate. Os empregados e servidores públicos não podem ser os únicos a pagarem o preço da reforma. Seguramente, essa categoria não é a vilã da Previdência, como alguns tentam insinuar. Para se ter uma ideia de que esta conta tem recaído apenas nos ombros (bolsos) dos servidores, no Estado da Bahia, por exemplo, já há anos, o Regime Próprio de Previdência tem passado por mudanças para aumentar a contribuição dos servidores estaduais. Em 1993, a alíquota cobrada sobre o total da remuneração para garantir a aposentadoria era de 8%, em 1997, passou para 9%, em 2002, foi para 9,5, subindo para 11% em 2003, e 12% em 2004. Neste ano de 2019, houve mais uma elevação, passando para 14%, tendo como justificativa a premente necessidade de ajuste nas contas da Previdência. Essa será a última? Tem como chegar a cobrar 15%, 20%? Será esse o melhor caminho? As reformas da Previdência devem focar apenas no empregado? Os

aumentos reiterados das alíquotas são medidas salicônicas, que só trazem soluções episódicas.

Declarações contundentes, e até apelativas, do Governo visam a uma aprovação apressada e integral do texto apresentado. Na primeira audiência pública na Câmara, o Ministro Paulo Guedes afirmou que a “velha Previdência é uma fábrica de privilégios”. Em outra ocasião, confessou que “na reforma da Previdência eu deixei mesmo o clima de Fla-Flu. É tudo ou nada”. É fato que a Previdência não se resume ao equilíbrio de contas, mas também serve para equilibrar injustiças sociais, como o exemplo do trabalhador rural. Concluímos reiterando e clamando à sociedade a buscar informações verdadeiras, ampliando seus conhecimentos sobre a matéria. Registre-se que não somos contra a Reforma. Filiamo-nos aos 59% da população (conforme pesquisa feita pelo Ibope a pedido da CNI) que entendem ser necessária. Porém não estamos numa partida de futebol, que tem um con-

tra o outro, que terá vencedor e derrotado. É preciso conciliar, debater, ajustar! Enxergamos a Previdência atual não como uma suposta “fábrica de privilégios”, mas como um fundamental instrumento de mitigação do imenso passivo social do país, que, como qualquer mecanismo dependente de grandes aportes de recursos, deve sofrer adaptações, mas sempre preservando direitos adquiridos. Ao final e ao cabo, temos a convicção de que a andorinha verdadeira sempre prevalecerá. Afinal, como nos ensina o dito popular, “a mentira corre e cansa, e a verdade anda e alcança”.

Inaldo da Paixão Santos Araújo
Mestre em Contabilidade. Conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, professor, escritor.
Inaldo_paixao@hotmail.com
Luciano Chaves de Farias
Mestre em Políticas Sociais e Cidadania. Secretário-geral do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Professor. Escritor. Ifarias@tce.ba.gov.br